

RESENHA

***AS TRÊS FONTES DAS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA (1764-1798), DE BERTRAND BINOCHE*¹**

*José Nicolao Julião*²

Foi recentemente publicada pela Editora Zouk, a tradução brasileira, feita pelo Danilo Bilate, do livro de Bertrand Binoche *Les trois sources des philosophies de l'histoire (1764-1798)*. Bertrand Binoche é professor de História da Filosofia Moderna na Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Ele dedicou a maior parte de seu trabalho à filosofia do Iluminismo (notadamente Montesquieu) e à história das filosofias da história na França, Grã-Bretanha, Escócia e Alemanha. O livro foi publicado primeiramente pela renomada editora francesa *Presses Universitaire de France* – PUF, na coleção “Pratiques Théoriques”, em 1994, depois teve uma segunda edição pela editora canadense *Les Presses de l'Université Laval*, em 2008. Danilo Bilate fez uma tradução estilisticamente elegante do livro do pensador francês, procurando ser fiel ao texto e mantendo a clareza da edição original.

A perspectiva metodológica que Binoche geralmente utiliza e pretende promover em seus estudos é resolutamente comparativa, ou seja, procura analisar como as palavras aparecem e como se tornam (ou não se tornam) conceitos ou “palavras-mestre”, como circulam (ou não circulam) de um campo linguístico para outro. Trata-se, portanto, de uma reflexão decididamente empírica sobre a construção da Europa filosófica, que se forma ao mesmo tempo em que se tenta compreender o que a historicidade da história poderia ter sido ao longo de um determinado período. O período estudado por Binoche, e apresentado em seus trabalhos, vem da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, e concerne também aos seus textos sobre as reflexões nietzschianas da história. Entretanto, no livro aqui resenhado, o percurso se dá entre 1764 a 1798.

Para Binoche, a Filosofia da História surge, ou seja, ganha significado no contexto da insustentabilidade em que se colocam tanto a história empírica – por ser uma insistente análise crua dos fatos, desprovida de um tratamento filosófico –, quanto as correntes

¹ Resenha da tradução feita por Danilo Bilate da obra *Les trois sources des philosophies de l'histoire (1764-1798)*. Paris: P.U.F., coll. “Pratiques Théoriques”, 1994.

² Professor titular do Departamento de Filosofia da UFRRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: jnnicolao@gmail.com.

contratualistas que buscam a gênese da sociedade civil, descartando os fatos históricos, devido sustentarem a tese da imutabilidade da natureza humana. A Filosofia da História, portanto, nasce com a incumbência de ser uma reflexão que procura dar significado filosófico aos fatos. A tarefa de dar significação aos fatos, com efeito, depende das circunstâncias específicas de cada tradição analisada por Binoche no processo do surgimento da Filosofia da História. Não se trata, portanto, de um único significado, nem dos mesmos fatos e, muito menos, trata-se da mesma articulação entre significado e fato. Deste ponto de vista, segundo Binoche, o quadro histórico francês, a história natural da humanidade e a teodiceia alemã da história – que são respectivamente as três partes pelas quais o livro está dividido – se apresentam de acordo com as suas peculiaridades como fontes da Filosofia da História.

Binoche leva os seus leitores a uma análise local diferente, em um terreno onde se multiplicam os processos de deslocamento da reconfiguração de significados dos fatos. A separação entre gênese / história, geralmente, está inscrita no cerne da gênese contratualista de Hobbes e, mais ainda, na radicalização rousseauiana da gênese baseada na recusa em inferir a origem da natureza humana empiricamente. Binoche, em seu estudo, vai buscar três paradigmas principais da razão da experiência e da vida que refutam tal separação gênese / história, ou, pelo menos, se esforçam para substituí-la. Deste modo, ele apresenta três parâmetros de referência bastante significativos para a emergência da Filosofia da História: no âmbito da teodiceia alemã da história, em 1764, Isaak Iselin publica a primeira grande teodiceia da história, *A história da humanidade*; Voltaire, no ano seguinte, no contexto do quadro histórico francês, formula pela primeira vez o termo “filosofia da história”, em *A filosofia da história* (texto que passa a ser, em 1769, a introdução ao *Ensaio sobre os Costumes*); em 1767, Ferguson, por sua vez, no domínio da história natural escocesa, publica a primeira grande história natural da humanidade sob o título *Ensaio sobre a história da sociedade civil*. Na sequência, Binoche aciona mais três outros marcos importantes para o surgimento da Filosofia da História, que são: *O Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1793), de Condorcet; *As reflexões sobre Smith* (1794), de Dugald Stewart; e *O conflito das faculdades* (1798), de Immanuel Kant. O estudioso francês fecha, assim, a delimitação cronológica de sua análise, indicada no título do seu livro, de 1764 a 1798.

Vejamos brevemente como atuam esses três pares de paradigmas estudados em cada uma das três partes do trabalho. Em primeiro lugar, enfatizando *A Filosofia da História* de 1765, Binoche mostra como Voltaire introduziu a história como um instrumento crítico dentro do movimento iluminista, se colocando em posição anti-rousseauiana. Devido à sociabilidade natural do caráter imutável da natureza humana, abre-se, além da separação ordinária entre gênese / história, a possibilidade de uma prática filosófica e crítica do trabalho histórico. Anuncia-se, desse modo, uma emergência universal da história, uma noção do retrato histórico intimamente associado ao princípio do progresso. Permanece o fato de que a tabela enciclopédica proposta por d’Alembert em o *Discurso Preliminar* é efetivamente uma justaposição de temporalidades heterogêneas, a gênese sensualista das ideias, por um lado, e a temporalidade da história, por outro. Certamente, o eixo da gênese da história finalmente se constitui, mas permanece cindido por manter a referência ontológica da lei natural. Eis, então, que surge Condorcet para que se desdobre em toda a sua magnitude e sob a categoria de quadro histórico – historicização da natureza humana – e para que se consiga reinscrever o contrato na história, sem tirar seu valor normativo universal que segue das regras eternas da razão. A natureza passa a ser desde então a própria história que revela uma finalidade

universal normativa, ou seja, uma jornada histórica da natureza em que a lei faz parte do fato. Em segundo lugar, ao promover uma filosofia empirista da história, a escola anglo-escocesa constitui mais claramente uma história natural da humanidade. De fato, dissocia o campo experiencial histórico específico da norma da lei, tão predominante na perspectiva genética. Nesse ambiente, surge Hume que elabora um empirismo em que a natureza humana é definida não por sua origem, mas por sua capacidade de abstração e a sua propensão artificial, o que nos apresenta um espaço histórico dicotômico. No entanto, segundo Binoche, uma abordagem empírica da história natural não resolve a questão da gênese/história separada, mas que a atualiza entre a história natural e a história real. Nessa área, a abordagem mais inovadora é a de Ferguson em seu *Ensaio sobre a história da sociedade civil*. O que se torna pensável, então, é uma representação da história que incorpora a natureza para que se torne um processo racional. É uma questão da trajetória de como uma comunidade histórica deve seguir a natureza humana que parece fundamentalmente progressista. Nesse contexto, finalmente, a análise dos herdeiros de Ferguson, Millar e Kames, permite especificar os meandros de uma história natural com base em uma problematização da história, tornando-a racionalmente pensável devido às circunstâncias, sem a natureza designar outra coisa senão essa racionalidade e chegar à propagação da sua origem.

Outro registro do livro de Binoche é a formação que uma teodiceia da história, no modelo monadológico, que nos convida a buscar o melhor dos mundos possíveis para fazer a pergunta sobre a finalidade da história. Esse relatório complexo da história empírica é a definição filosófica da finalidade que Binoche explora nos textos do Iluminismo alemão. A grande preocupação dos autores alemães em caracterizar na história uma disposição moral da humanidade e de pensar a perfeição humana no decorrer dos eventos é incessantemente questionada. Acaba-se por se apresentar um fracasso a teodiceia transcendental da história, a reboque, essencialmente, dos textos circunstanciais de Kant sobre a história. Contudo, nos parece questionável que o resultado teórico de uma historicização da teodiceia seja um fracasso. Muito pelo contrário. Certamente, é importante mostrar as aporias de uma teodiceia transcendental da história que pretende constituir-se como uma história universal *a priori*. A abordagem kantiana, portanto, nos leva, ao que parece, a uma filosofia da história que pode dar razões filosóficas para avaliar um julgamento histórico sobre o outro, a partir de uma obra de arquivo, uma descrição histórica que fornece as várias reconstruções de eventos em sua contemporaneidade e até a conclusão da filosofia, o que nos parece negligenciado por Binoche.

O principal mérito do trabalho do estudioso francês é especificar, a partir das invenções e aporias dos textos por ele analisados, a descoberta, na segunda metade do século XVIII, da temporalidade própria da história por sua desnaturalização ou, pelo menos, pela transferência da essência natural histórica para uma origem convencional ou um curso abstrato ou uma finalidade interna. Nessa perspectiva, no entanto, seria apropriado descrever em detalhes o confronto dos filósofos da história com os temas da natureza humana e do direito natural; Binoche também poderia ter mencionado as possibilidades de translatabilidade, ou seja, a transmissão de conhecimento entre os três diferentes paradigmas por ele estudados. Contudo, recomendamos a leitura do livro de Binoche que reconstrói de maneira densa e detida o surgimento da Filosofia da História a partir da perspectiva dos paradigmas por ele estudados.